

18 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Governo e TJ pedem mais comissionados

Somente em 2012,

TJ pediu

*criação de mais
de 500 cargos*

SEM CONCURSO

Governo e

TJ querem

mais cargos

comissionados

Curitiba- Mais pedidos de criação de cargos comissionados chegaram ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná e podem ser aprovados em menos de 48 horas, dentro do "serão" agendado pelos deputados estaduais para esta semana. Duas mensagens ampliam as vagas de livre nomeação na Casa Civil, criando escritórios regionais do governo do Paraná pelo interior e uma Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ), setor antes contemplado pela Secretaria de Estado da Família. Dos 2.508 funcionários sem concurso do governo estadual, 377 estão lotados na Casa Civil (maior taxa entre as secretarias).

A quantidade exata de cargos estava indisponível até o fechamento desta edição, pela demora na digitalização desses projetos na AL. Também há a previsão de mais comissionados na Secretaria de Estado do Planejamento e a criação de funções gratificadas na pasta da Fazenda. Na mesma

toada vieram projetos novos do Tribunal de Justiça (TJ) propondo ajustes na remuneração dos técnicos e analistas judiciários, criação de cargos, mudança na estrutura dos gabinetes de apoio aos juizes de primeiro grau e no Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus).

O TJ é o grande responsável pela expansão das vagas sem concurso público no Paraná. Até ontem, somente em 2012 o Tribunal de Justiça já havia solicitado autorização para criar mais de 500 cargos comissionados em sua estrutura. Neste momento, tramita na Assembleia novas 25 vagas para desembargadores. Cada um deles tem direito a funcionários sem vínculo efetivo com o TJ na formação de seus gabinetes, com um impacto financeiro de R\$ 30 milhões na folha de pagamento do Judiciário Estadual. A mudança também mexe na correlação política da instituição, ampliando para 145 o colégio de desembargadores do TJ. Também do TJ há a criação de 115 cargos tipo DAS-5, cuja remuneração mensal hoje é de R\$ 5,8 mil.

Deputados votam previdência e custas no afogadilho

Já no apagar das luzes, parlamentares continuam recebendo mensagens do governo do Estado e do Judiciário

18 DEZ 2012

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Aumento nas custas judiciais, reforma da previdência e criação de cargos comissionados estão na lista de pendências que os deputados estaduais querem cumprir impreterivelmente nessa semana. Reunião de lideranças na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná definiu que os políticos vão "fazer serão" para votar tudo até quarta-feira, véspera das férias coletivas dos servidores da instituição. O presidente da AL, Valdir Ros-

soni (PSDB), já anunciou a realização de "quantas sessões extraordinárias forem necessárias" para cumprir esse objetivo, nem que o trabalho avance noite adentro.

O acontecimento é inesperado, pois a votação do orçamento foi concluída com mais de 30 dias de antecedência, liberando a pauta do final de ano. Só que não param de chegar na AL "projetos de última hora", situação que se repetiu ontem com oito mensagens sendo encaminhadas aos deputados estaduais no apagar das luzes desse ano. Uma metade partiu do governo do Paraná, a outra do Tribunal de Justiça (TJ). Nesse pacote está o polêmico aumento

de 18,15% para todas as custas judiciais cobradas pelos cartórios. FOLHA noticiou as críticas à proposta anterior, onde alguns índices ultrapassavam 100% de reajuste. Semana passada a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chiou ao saber da nova proposta, pedindo tempo para avaliar o aumento linear.

"Vou cumprir agora o que determina a Constituição, que é colocar o projeto (das custas judiciais) em pauta. Agora ele será analisado pelos deputados para ver se o aumento é compatível com a realidade", argumentou Rossoni.

Rossoni deve convocar sessões extraordinárias

A matéria segue direto para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os líderes combinaram de votar a iniciativa nas próximas 48 horas, ignorando a manifestação da OAB. A mesma pressa é dedicada à reforma da previdência estadual, ontem analisada pela Comissão de Finanças da AL. Apesar do parecer contrário do deputado estadual Ênio Verri (PT), a matéria deve estar na pauta das sessões extraordinárias desta terça-feira. A condição regimentalmente imposta pelo petista foi o envio para a AL, ainda na parte da manhã, do estudo de impacto financeiro do projeto nas contas públicas.

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

18 DEZ 2012

Mau exemplo

Prova maior de que políticos fogem da austeridade é o que tanto o Executivo como o Judiciário e Ministério Público engordaram o quadro de comissionados em 901 vagas só neste ano. A nau financeira à deriva e exemplos frutificam.

MAZZA

MP alerta

O Ministério Público estadual reagiu contra a PEC 37 que lhe tira atribuições em favor da polícia. O MP no interior é mais atuante do que o da Capital, ainda que tenha sido levado a atuar no caso dos fantasmas do legislativo por força do peso das acusações e que ganharam a opinião pública.

INFORME

Novela dos royalties

Os Estados produtores de petróleo conseguiram derrubar na Justiça a urgência aprovada pelo Congresso Nacional para apreciar os vetos presidenciais sobre uma nova forma de distribuição dos royalties em contratos em andamento. O efeito prático imediato da decisão é a suspensão da sessão do Congresso, que havia sido convocada para hoje à noite, com a única finalidade de colocar em votação os vetos. Em decisão liminar, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, considerou inconstitucional e contrário ao regimento do Congresso a adoção de regime de urgência para vetos presidenciais. Na última quarta-feira, com 408 votos a favor e 91 contra, deputados e senadores aprovaram que a apreciação dos vetos fosse tratada com urgência, ultrapassando outros 3.060 vetos pendentes de análise pelo Congresso. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), anunciou que irá entrar com um recurso contra a decisão de Fux.

CLÁUDIO HUMBERTO

*"(...) politicamente irresponsáveis,
juridicamente inaceitáveis"*

Ministro Celso de Mello e as bravatas de Marco Maia
de não cumprir decisão do STF

18 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

RECADO AOS ELEITOS

O juiz da 41ª Zona Eleitoral de Londrina, Álvaro Rodrigues Júnior, foi destaque ontem à noite na solenidade de diplomação do prefeito Alexandre Kireeff, do vice Guto Bellusci e dos futuros 19 vereadores. Em seu discurso, relembrou escândalos políticos envolvendo o Executivo e o Legislativo.

Na diplomação, juiz 'manda recado' a eleitos

Os eleitos no pleito de outubro em Londrina - prefeito, vice-prefeito e 19 vereadores - receberam uma espécie de alerta na noite de ontem, durante cerimônia de diplomação, vindo do juiz responsável pela coordenação das eleições no município, Álvaro Rodrigues Júnior. Abrindo a solenidade, Rodrigues Júnior fez um discurso breve, mas incisivo, sobre o que o dinheiro não pode comprar, e lembrou que de 1997 a 2009 todos os prefeitos de Londrina foram ou são réus em ações por improbidade administrativa, além da crise no Legislativo, com a prisão de vereadores.

"Tenho dificuldade para quantificar quanto custa uma eleição em Londrina, porque os três prefeitos eleitos de 1997 a 2009 (Antônio Belinati, Nedson Micheleti e Barbosa Neto) foram ou são réus em ações públicas. Dois deles já foram julgados em primeira e segunda instância e dois foram cassados. Mas a crise não aconteceu somente no Executivo. Tivemos quatro vereadores presos e outros condenados. É possível quantificar o prejuízo destes desastres?", protestou o juiz no pal-

co do Teatro Marista para uma plateia lotada, acrescentando que os que estavam sendo diplomados teriam a responsabilidade de fazer uma "política diferente". O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Rogério Kanayama, também participou da cerimônia.

Após o discurso, os vereadores foram chamados por ordem alfabética para receberem seus diplomas. A maioria foi aplaudida e recebeu alguns gritos de incentivo. Somente o vereador Sidney Souza (PTB) recebeu vaias de poucos integrantes da plateia. Na hora que estava recebendo o diploma, uma pessoa gritou que a diplomação do parlamentar era uma "vergonha". Sidney foi condenado na última semana pela 3ª Vara Criminal por concussão, e está impedido de tomar posse. O vereador recorreu ao Tribunal de Justiça da decisão. "Estou tranquilo. Creio que a decisão será revertida e não temo pelo meu mandato", disse ele, após a diplomação.

Já o vereador eleito e atual prefeito de Londrina Gerson Araújo (PSDB) alegou que está "preocupado", já que o candidato do PTC, Ulisses Sabino, prometeu entrar com um recurso contra a posse do tucano.

"Meus advogados falaram que minha candidatura estava homologada, então que eu poderia assumir e concorrer. Mas sempre ficamos um pouco preocupados", explicou. Gerson assumiu a prefeitura dia 20 de setembro, após a renúncia do prefeito José Joaquim Ribeiro, daí o questionamento de Sabino, devido às restrições da legislação eleitoral em relação à ocupação de cargos por candidatos.

Após a diplomação dos vereadores foi a vez do vice-prefeito Guto Bellusci (PSD) e do prefeito Alexandre Kireeff (PSD). O atual prefeito estava acompanhado da esposa e suas duas filhas. "Agora a responsabilidade fica maior, mas estou muito motivado para trabalhar", ressaltou. Kireeff afirmou que a equipe de transição terminou os trabalhos, e que a situação financeira da prefeitura ainda "é preocupante".

Kireeff vai anunciar hoje no início da tarde parte de seu secretariado. "Teremos servidores mas a maioria será de pessoas da sociedade. Não contei quantos serão anunciados, mas fiquei bem contente com nosso time", finalizou.

FOLHA DE LONDRINA

MP e investigações criminais

É preciso
que a
sociedade civil
organizada
também se
manifeste
contrariamente
a essa proposta

18 DEZ 2012

Atentativa do Poder Legislativo de tirar do Ministério Público (MP) o poder de conduzir investigações criminais parece, de fato, uma iniciativa que pretende manter a impunidade, principalmente dos crimes de "colarinho branco". No mês passado uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda Constitucional 37/11, que atribui exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal. Agora, o texto precisa passar por duas votações do plenário antes de seguir para o Senado.

Se aprovada a matéria com a redação atual, 261 investigações conduzidas pelos núcleos do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Paraná seriam prejudicadas. E, além de barrar os trabalhos do MP de todo o País, serão paralisadas também as investigações conduzidas por órgãos vinculados ao Poder Executivo, como a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União. Desta forma, todos os inquéritos teriam que ser refeitos pela Polícia Federal, o que teria um impacto

direto no processo que julgou o "mensalão" federal, o exemplo nacional mais emblemático a ser lembrado.

Nesses anos todos de atuação, o MP se tornou alvo de ataques, principalmente de políticos, partidos e entidades investigados. No entanto, perante à opinião pública a imagem

do MP é positiva. Graças a sua atuação incisiva, principalmente nos casos de corrupção e desvios de recursos públicos a sua atuação é vista como um alento, como uma "luz no fim do túnel". Tem ajudado a modificar o conceito de que apenas "ladrões de galinha vão para a cadeia" no Brasil.

Além da mobilização do próprio segmento contra a aprovação da PEC 37 é preciso que a sociedade civil organizada também se manifeste contrariamente a essa proposta. Não pode ficar apenas nas mãos do Poder Legislativo uma decisão importante como essa, que pretende barrar as investigações contra a própria classe política. Entidades civis também devem se envolver neste debate para impedir a aprovação da proposta. Talvez, seja importante definir algumas regras, mas é importante o envolvimento de todos na questão.

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

» CARTÓRIOS

Aumento das taxas vai ser votado e deve valer já em 2013

Depois de muitas idas e vindas, foi lido ontem no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná o projeto de lei do Tribunal de Justiça (TJ) para reajustar as custas dos cartórios do estado. O projeto é um recuo em relação à proposta original, enviada à Casa no início do mês. Anteriormente, o TJ pedia aumentos de até 300% para algumas taxas, mas, em razão da pressão da sociedade civil, os desembargadores optaram por um aumento linear de 18,44%. Com isso, a matéria pode ser aprovada até amanhã — último dia de sessões neste ano — pelos deputados, a tempo de os novos valores valerem já a partir de 2013.

O impasse em torno da proposta começou quando o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que não colocaria o projeto em pauta porque considerava os valores abusivos. A atitude do tucano foi apoiada por representantes de diversas entidades de classe do estado, como a Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) e a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná (Ademi).

Diante da resistência, o TJ retirou a proposta original e mandou uma outra versão ao Legislativo, com novos valores. O índice de reajuste previsto agora corresponde à reposição da inflação desde 2010, quando houve o último aumento das custas.

Apesar do recuo, a nova proposta não é consenso. “Vou votar contra. Há mais de 30 dias fiz um pedido de informações ao TJ com uma série de questionamentos e ainda não recebi resposta para esclarecer as minhas dúvidas”, criticou o deputado Tadeu Veneri (PT).

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Divórcios batem recorde no Brasil em 2011

Taxa cresceu 45,6% em um ano. Para o IBGE, aumento no número está relacionado a mudanças na legislação

Os brasileiros nunca se divorciaram tanto. A constatação está na pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2011, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2011, foram concedidos 351.153 processos judiciais ou escrituras públicas de divórcio. Comparado a 2010, o número representa um crescimento de 45,6% no total de separações desse tipo no país. Só no Paraná, houve um crescimento de 35,4% no número de pessoas que apartaram as escovas de dentes.

A taxa geral de divórcios que aparece na pesquisa, de 2,6 por mil, foi a maior da série histórica do IBGE, iniciada em 1984. O indicador é obtido pela divisão do número de casamentos dissolvidos pela população, multiplicando-se o resultado por 1.000. Para a instituição, o aumento foi impulsionado por mudanças legais que facilitaram a dissolução de uniões, instituída em 1977 pela Emenda Constitucional n.º 9.

A pesquisa mostra que a cada época em que ocorreu alteração na legislação sobre divórcio houve elevação do patamar das taxas de divórcios.

“Houve aumento significativo em 1989, em decorrência da mudança que ocorrera no ano anterior, a qual reduziu os prazos mínimos para iniciar os processos. Em 2007, a possibilidade de divórcio por via administrativa também impulsionou o crescimento da taxa. Em 2010, a supressão dos prazos em relação à separação fez com que a taxa de divórcio atingisse o valor de 1,8 (por mil), porém isso ocorreu no segundo semestre. O ano de 2011 foi o primeiro no qual as novas regras foram observadas ao longo de todo o período, mostrando o impacto das alterações sobre a dissolução dos casamentos”, diz o estudo.

CONTINUA

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

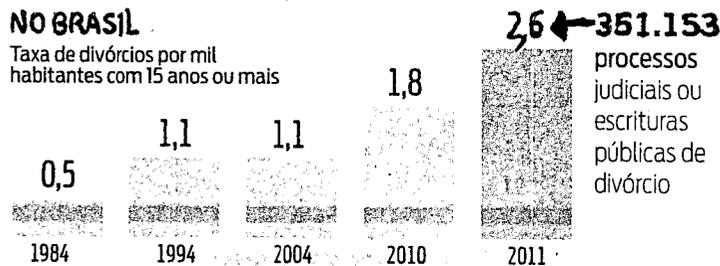
CONTINUAÇÃO

EM NÚMEROS

A taxa de divórcios no Brasil registrada em 2011 é a maior desde 1984. Entre os casais divorciados, a maioria não têm filhos.

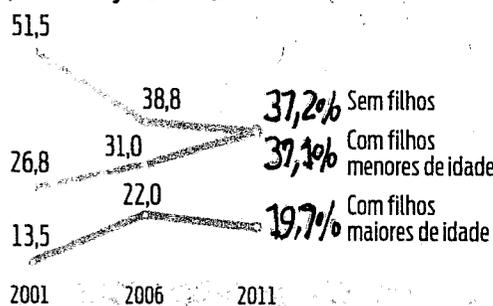
NO BRASIL

Taxa de divórcios por mil habitantes com 15 anos ou mais



processos judiciais ou escrituras públicas de divórcio

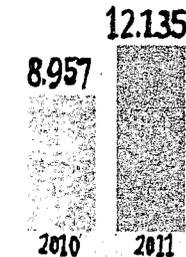
PRESEÇA DE FILHOS



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

NO PARANÁ

Divórcios encerrados em 1.ª instância



ÓBITOS

Mortes violentas no Brasil têm crescimento de 1,3% em 2011

As mortes por causas violentas no Brasil (homicídios, acidentes de trânsito e quedas acidentais) somaram 111.546 em 2011, contabilizando um crescimento de 1,3% em relação ao que foi registrado no ano anterior. As mortes por causas externas são, no Brasil, o terceiro principal grupo de causa de óbitos na população em geral. As mortes violentas também são a primeira entre os jovens de 15 a 24 anos, segundo as Estatísticas do Registro Civil 2011, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

38,1%

foi o crescimento das chamadas mortes ignoradas em comparação a 2010. Apesar do percentual ser de 1,4% do total de óbitos, o crescimento em relação ao ano anterior foi expressivo, o que é um alerta para cartórios, familiares e estabelecimentos de saúde e demais entidades envolvidas na produção das informações sobre mortes, diz o instituto. A redução do sub-registro de mortes no Brasil é o principal desafio para qualificar as estatísticas do país.

1.026.736

CASAMENTOS

foram registrados em 2011, 5% a mais do que houve no ano anterior. A taxa de nupcialidade, no Brasil, está em 7 casamentos para mil habitantes de 15 anos ou mais.

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Acusado de matar jovem vai a júri

O empresário Aldaildo Fonguer, de 32 anos, vai ser julgado pela Justiça do Paraná por homicídio qualificado (com motivação torpe). Ele é acusado de ter matado a tiros o jovem Andersandio Soares Franco, 22 anos, após uma discussão na entrada lateral de um shopping, no bairro Água Verde, em Curitiba, em fevereiro deste ano. Fonguer deve ser submetido a julgamento pelo tribunal do júri, mas a audiência ainda não tem data marcada.

A sentença de pronúncia — que especifica o crime pelo qual o réu será julgado — foi publicada ontem.

O juiz Daniel Surdi de Avelar, da 2.^a Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, acolheu os termos da acusação apresentada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR). A defesa ainda pode recorrer da sentença de pronúncia. Apesar disso, o advogado Roberto Haddad, que representa a família do jovem como assistente de acusação, acredita que o julgamento deve ser marcado para o segundo semestre de 2013. A pena prevista para homicídio qualificado varia de 12 a 30 anos de reclusão.

Em depoimento prestado à Delegacia de Homicídios, o acusado confessou o crime, mas alegou legítima defesa. Ele disse que vinha recebendo ameaças de morte do grupo ao qual pertencia o jovem, que costumava se reunir na entrada do Shopping Água Verde.

GAZETA DO POVO

STF suspende votação dos vetos de Dilma à redistribuição dos royalties

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux considerou inconstitucional, em decisão liminar, a decisão do Congresso que considerou urgente a apreciação dos vetos presidenciais à nova forma de distribuição dos royalties do petróleo em contratos de exploração vigentes.

Com isso, fica suspensa a apreciação dos vetos, que estava marcada para a sessão do Congresso de hoje. Isso porque, com a perda do caráter de urgência, há antes outros 3.060 vetos prontos a serem apreciados.

A decisão de Fux foi dada em dois mandados de segurança impetrados por parlamentares do Rio de Janeiro, principal estado produtor e que, com o Espírito Santo, terá perdas bilionárias de receita em caso de mudança no rateio dos royalties sobre contratos já em andamento. O presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), informou que irá recorrer da decisão.

Vetos

A decisão da presidente Dilma Rousseff sobre os vetos no projeto que redistribui as receitas dos royalties atendeu à pressão de estados produtores como Rio de Janeiro e Espírito Santo e desencadeou uma reação de representantes de municípios não produtores de petróleo que prometem tentar derrubar os vetos e alterar a lei.

18 DEZ 2012

COLUNA DO LEITOR

Comissionados 1

Essa profusão de cargos comissionados (**Gazeta**, 17/12) é o aparelhamento do Estado. É um processo que torna a máquina ineficiente e cara, mas fortalece o governo para cooptar e subjugar o entorno, inclusive os poderes que deveriam ser fiscalizadores. O Estado alemão inteiro tem 660 cargos em comissão, menos que a nossa Câmara Municipal.

Dimas Nascimento

Comissionados 2

É sempre a mesma coisa: um político em campanha critica quem está no poder pelo número de cargos criados e supridos, mas, quando é eleito, cria o dobro de cargos. Sou totalmente contra cargos em comissão.

Maria Inez Damasceno

Poder de investigação do MP

Sou investigador de polícia e sei o quanto é difícil elucidar crimes cometidos por aqueles que estão de alguma forma ligados ao poder. Mas criar instituições com o mesmo objetivo de investigar é um retrocesso. De nada adiantará dar superpoderes ao MP, que jamais terá estrutura com logística necessária à investigação. Muito mais útil seria o MP e a polícia trabalhando harmonicamente, cada qual com seu papel, com o mesmo objetivo de elucidar crimes.

Waldir Triana

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Mínimo será de R\$ 675 e reajuste da Justiça, de 5%

R\$ 4

a mais tiveram de ser incorporados ao salário mínimo de 2013 depois do projeto inicialmente enviado ao Congresso. A lei prevê reposição da inflação mais crescimento do PIB.

■ O relator-geral da proposta de Lei Orçamentária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou ontem seu parecer limitando em 5% o reajuste dos servidores do Poder Judiciário. "Analisamos a proposta que veio do Judiciário, mas não havia espaço fiscal, recursos, para ampliar as despesas permanentes de custeio. Portanto, mantivemos o reajuste dos servidores públicos do Executivo, Legislativo e do Judiciário em 5%, tratando com igualdade todos os Poderes", afirmou. As informações são da Agência Brasil.

O relator lembrou que, com o cálculo da reestimativa de receitas do Projeto de Lei do Orçamento Geral da União, o salário mínimo para 2013 será de R\$ 674,96 — R\$ 4 a mais do que a previsão enviada inicialmente. "Cumprimos a lei do salário mínimo. Com a perspectiva da inflação ser maior, tivemos que suplementar o valor do salário mínimo e ele fica agora em R\$ 674,96."

O documento, segundo Jucá, recompõe investimentos em setores considerados estratégicos pelo Executivo como saúde e educação, que haviam sido retirados da proposta nos relatores setoriais. De acordo com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), a ideia é aprovar a proposta hoje na comissão e votar o texto no plenário do Congresso amanhã.

BESSA

Zapeando

O vice-governador e secretário da Educação, Flávio Arns, fará a entrega do título de Professora Emérita da Educação do Paraná à professora Chloris Casagrande Justen, hoje, às 10 h, no Salão Nobre do Instituto de Educação do Paraná:

Liminar que prorrogava concessão de Imbituba é cassada

■ Uma liminar que prorrogava até 2016 a concessão do Porto de Imbituba, em Santa Catarina, a uma empresa privada foi cassada na última sexta-feira pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, após recurso impetrado pela AGU (Advocacia-Geral da União). Localizado a 91 km de Florianópolis, o porto vem acumulando prejuízos operacionais e é suspeito de irregularidades, como a Folha de S.Paulo mostrou semana passada. Ele está na lista de portos a serem leiloados pelo governo federal, conforme anúncio feito no lançamento do pacote de investimentos no setor, considerado prioritário pela presidente Dilma Rousseff para desatar os nós logísticos do país.

BESSA

Há 50 anos

Os bacharéis de Direito da UFPR de 1962, a Turma do Cinquentenário, como ficou conhecida, vão comemorar os 50 anos de formados em duas etapas. A primeira delas é hoje, com um jantar no Graciosa Country Club, às 20 horas. Na quinta-feira, haverá uma sessão solene no Salão Nobre da Faculdade de Direito, no prédio histórico da Praça Santos Andrade, às 10 horas, presidida pelo reitor Zaki Akel.

•••

Na oportunidade serão entregues diplomas da centenária UFPR aos integrantes da turma, entre eles o advogado Cleverson Marinho Teixeira.

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Com cassação de deputados, STF conclui julgamento do mensalão

Após quatro meses e meio e 53 sessões, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem o mais importante e polêmico julgamento de sua história. Por cinco votos a quatro, os ministros decidiram que os três deputados federais condenados no processo do mensalão vão perder o mandato automaticamente, sem o aval do Legislativo. A medida só terá efeito depois do esgotamento da possibilidade de recursos e o trânsito em julgado da ação – o que deve ocorrer somente no segundo semestre de 2013.

25 RÉUS

foram condenados pelo STF no julgamento do mensalão.

“Vocês nunca mais vão ouvir falar de uma ação tão longa, de um julgamento tão complexo.”

Ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF e relator do processo do mensalão.

CONTINUA

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

»JULGAMENTO HISTÓRICO

STF cassa deputados e encerra o julgamento do mensalão

Celso de Mello desempatou a decisão sobre a perda de mandato de 3 condenados. Mas destituição do cargo só deve ocorrer no 2º semestre de 2013

Após quatro meses e meio, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou ontem o julgamento do mensalão. A última decisão — e uma das mais polêmicas — estabeleceu que os três deputados federais condenados no processo vão perder o mandato automaticamente, sem necessidade do aval da Câmara. A cassação, contudo, só vai ocorrer após o esgotamento da possibilidade de recursos e o trânsito em julgado da ação, o que deve demorar até o segundo semestre de 2013.

Dos 38 réus, 25 foram condenados, 12 absolvidos e um deles teve o processo remetido à primeira instância. Dentre os considerados culpados, estão em exercício de mandato na Câmara João Paulo Cunha

(PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). O ex-presidente do PT José Genoino é suplente e deve assumir em janeiro a vaga do petista Carlinhos Almeida, eleito em outubro para a prefeitura de São José dos Campos (SP).

A decisão sobre a cassação foi apertada. Na primeira semana de dezembro, quatro ministros votaram pela perda automática de mandato a partir da condenação do STF (Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello), enquanto outros quatro disseram que a decisão final caberia à Câmara (Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, José Antonio Dias Toffoli e Cármen Lúcia). Coube ao decano Celso de Mello decidir a questão. Isso deveria ocorrer na semana passada, mas ele precisou faltar às duas últimas sessões devido a uma infecção respiratória que o deixou hospitalizado.

O ministro voltou ao plenário ontem e encerrou a questão com um voto em que defendeu o STF como dono do “monopólio da última palavra” em questões constitucionais. “A alguém deve ficar o

direito de errar por último. A alguém deve ficar o direito de decidir por último”, disse Celso de Mello, referindo-se ao papel do Supremo.

O ministro ampliou o confronto institucional com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-SP), que declarou que a Casa poderia não cumprir a decisão do STF sobre os mandatos. A tese de Maia é amparada pelo artigo 55 da Constituição, que estabelece que a “perda de mandato será decidida pela Câmara dos Deputados, por voto secreto e maioria absoluta”.

Celso de Mello alertou sobre o risco de Maia descumprir uma ordem judicial: “A insubordinação legislativa ou executiva ao comando emergente de uma decisão judicial, não importa se do STF ou do primeiro grau, revela comportamento intolerável, inaceitável e incompreensível”.

CONTINUA

Embargos

O resultado da votação de ontem abriu margem para que os deputados afetados pela decisão possam entrar com embargos infringentes, tipo de recurso que pode reabrir o julgamento em tópicos nos quais houve quatro ou mais votos favoráveis aos condenados. Nesse caso, o ministro Teori Zavascki, que tomou posse em novembro e não participou da análise do mensalão, vai estar apto a participar.

Zavascki já deu declarações de que entende que a última decisão sobre os mandatos cabe ao Legislativo, o que provocaria um novo empate em 5 a 5. A definição pode contar ainda com o voto de mais um novo ministro, já que a vaga deixada por Carlos Ayres Britto no mês passado continua aberta. O substituto depende da indicação da presidente Dilma Rousseff e da aprovação do Senado.

Multas

Os ministros do STF, antes de encerrar o julgamento, também recalcularam algumas multas aplicadas aos condenados.

Procurador adia o pedido sobre prisões imediatas

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, preferiu deixar para os próximos dias o pedido para o cumprimento imediato das penas dos condenados no julgamento do mensalão. No término da sessão de ontem, os ministros questionaram Gurgel sobre a solicitação e ele informou que ainda irá preparar uma petição sobre o tema. A tendência é que o documento seja apresentado durante o recesso do Judiciário, que começa na próxima quinta-feira e termina em 1.º de fevereiro.

Com isso, aumentam as chances de a decretação das prisões ser decidida pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, de modo individual. Isso pode ocorrer porque, no recesso, cabe ao presidente tomar decisões, já que os demais ministros estão em férias. Posteriormente, porém, a decisão sobre as prisões pode ser modificada pelo restante dos ministros.

A publicação do acórdão do julgamento deve ser realizada em 60 dias. Descontados os dias do recesso, deve ficar para abril. A partir dela, abrem-se os prazos para a apresentação dos recursos.

“A insubordinação legislativa ou executiva ao comando emergente de uma decisão judicial (...) revela comportamento intolerável.”

Celso de Mello, ministro do STF, ao comentar a ameaça do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-SP), de não cumprir a decisão de cassar os deputados condenados.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DESABAFO

18 DEZ 2012

Joaquim Barbosa revela que passou noites sem dormir

Ao final da sessão de ontem, o presidente do STF e relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, fez um balanço sobre o julgamento. "Vocês nunca mais vão ouvir falar de uma ação tão longa, de um julgamento tão complexo", disse. Ele também declarou que o encerramento dessa etapa do processo é uma "proeza extraordinária", mas ressaltou a lição de que o STF não deve "mais chamar para si uma ação dessa dimensão" e ficar "paralisado" por mais de quatro meses. Barbosa reiterou que é contra o foro privilegiado, dispositivo que levou o caso a ser apreciado pelo Supremo e que, em 2006, propôs o desmembramento do processo. "Um processo como esse leva a decisões difíceis, a noites sem dormir, trabalho durante 12, 14, 15 horas. Leva a reformulações sucessivas de pensamentos. Você vê a coisa por outro ângulo. Condenar não é fácil. Condenar à pena privativa de liberdade não é fácil."

Confronto

Antes de falar com a imprensa e de encerrar o julgamento, Barbosa teve ontem mais um confronto em plenário, desta vez com o ministro Marco Aurélio Mello. O presidente do STF usou os minutos finais da sessão para agradecer o trabalho de seus assistentes e foi criticado pelo colega, que disse que o assunto não merecia ser registrado em ata. Mello deixou o plenário. "Não vejo qualquer problema em enaltecer o trabalho indispensável dos colaboradores que todos nós temos", retrucou Barbosa.

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

O mensalão e o resgate histórico da verdade sobre a era Lula

O crescimento econômico e a melhoria em indicadores sociais, hoje vistos por muitos como a marca que Lula imprimiu ao Brasil, dão lugar a um legado mais sombrio: o de dois mandatos presidenciais em que os fins justificaram os meios

Com a confirmação da perda de mandato dos três deputados incluídos entre os 25 réus condenados no processo do mensalão, o Supremo Tribunal Federal encerrou ontem — restando apenas a publicação do acórdão, a apresentação de embargos e o trânsito em julgado, com o início do cumprimento das penas, fases que devem ficar para 2013 — não apenas o processo criminal mais importante da história política brasileira, mas um resgate da verdade histórica sobre um período que extrapola a duração do esquema criminoso. O episódio do mensalão foi um retrato daquela que precisa ser reconhecida como uma das principais características dos oito anos de governo Lula. O crescimento econômico e a melhoria em indicadores sociais, hoje vistos por muitos como a marca que Lula imprimiu ao Brasil, dão lugar a um legado mais sombrio: o de dois mandatos presidenciais em que os fins justificaram os meios.

Depois de três tentativas frustradas, Lula e o PT chegaram à Presidência com um projeto para o Brasil. Nos últimos dez anos, dezenas de milhões de brasileiros experimentaram a ascensão social, dando origem ao fenômeno da “nova classe C”. No entanto, no início do primeiro mandato de Lula, sem a certeza de que haveria bons resultados na área social que lhe garantissem apoio popular no futuro, o partido engendrou um esquema de compra de apoio parlamentar para se manter no poder. O mensalão, chefiado pelo ex-ministro da Casa Civil José Dirceu — agora condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha ao lado dos companheiros José Genoíno e Delúbio Soares —, mostrou que boa parte da cúpula petista julgou válido manchar as instituições democráticas, especialmente a independência do Poder Legislativo, para que o PT permanecesse no Planalto pelo maior tempo possível. A julgar pelas recentes manifestações do partido, inclusive, essa lógica continua vigorando, como na nota de apoio aos mensaleiros condenados divulgada em 14 de novembro.

CONTINUA

18 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O raciocínio do vale-tudo também embasou outras ações do presidente. Em nome da perpetuação do petismo no governo federal, o Estado foi aparelhado de forma sem precedentes. A qualidade técnica foi substituída, como critério de nomeação, pelo mero apadrinhamento político ou pela ligação com grupos próximos ao petismo. O caos aéreo de 2007, que deixou evidente a incompetência dos gestores da aviação civil brasileira, foi o exemplo mais claro — embora esteja longe de ter sido o único — das consequências dessa política cujos resultados desastrosos ainda se prolongarão por décadas, tamanho o estrago na qualidade dos serviços públicos e da infraestrutura.

Lula também acreditou que podia deixar de lado o debate democrático e partir para o confronto contra a imprensa livre, especialmente por meio de seu ministro Franklin Martins, o maior entusiasta do “controle social da mídia”. Investida que não teve sucesso, mas que também deu mostras do ímpeto lulista de submeter as instituições à sua vontade.

Entre os meios empregados por Lula e pelo PT para manter seu projeto de poder seria possível incluir a própria falsificação da história recente do Brasil. Sob o mantra do “nunca antes neste país”, Lula pretendeu convencer a população de que seu governo erguera o Brasil do zero, ignorando que muitas das condições que permitiram os avanços sociais registrados durante seus oito anos de mandato foram lançadas por seus pre-

O mensalão mostrou que boa parte da cúpula petista julgou válido manchar as instituições democráticas, especialmente a independência do Poder Legislativo, para que o PT permanecesse no Planalto pelo maior tempo possível

Em nome da perpetuação do petismo no governo federal, o Estado foi aparelhado de forma sem precedentes

Sob o mantra do “nunca antes neste país”, Lula pretendeu convencer a população de que seu governo erguera o Brasil do zero, ignorando que muitas das condições que permitiram os avanços sociais registrados durante seus oito anos de mandato foram lançadas por seus predecessores

Quando os historiadores se debruçarem sobre o período 2003-2010, poderão vê-lo como anos de prosperidade, mas também perceberão que, com a consagração do vale-tudo lulista na política, a democracia brasileira pagou um alto preço por esses avanços

Não são poucos os petistas que discordam do vale-tudo, da corrupção e do aparelhamento. Sua liderança é mais que necessária neste momento

decessores, principalmente na década de 90, iniciando com a abertura comercial promovida por Fernando Collor e passando pela estabilidade econômica (no governo Itamar Franco), pelo fortalecimento do sistema bancário, pela ampliação de serviços como a telefonia, graças às privatizações, e pela criação de programas sociais que seriam o embrião do Bolsa Família (nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso). Além disso, Lula foi beneficiado pela própria conjuntura internacional, mais favorável no governo petista que nos anos anteriores, mesmo com a crise mundial no fim de seu mandato. Lula não reconheceu nada disso, preferindo abusar de outro mantra, o da “herança maldita”, para atribuir aos antecessores, especialmente FHC, a culpa por todas as dificuldades que encontrava.

Quando os historiadores se debruçarem sobre o período 2003-2010, poderão vê-lo como anos de prosperidade, mas também perceberão que, com a consagração do vale-tudo lulista na política, a democracia brasileira pagou um alto preço por esses avanços. Lula e o PT julgaram que os fins justificam os meios, que seu projeto para o Brasil lhes dava carta branca para toda sorte de ataque às instituições, que felizmente não se deixaram intimidar — a maior prova disso está no STF, que negou a lógica da carta branca no julgamento encerrado ontem. Mesmo dentro do partido, não são poucos os petistas que discordam do vale-tudo, da corrupção e do aparelhamento. Sua liderança é mais que necessária no momento em que o mensalão oferece uma preciosa chance de autocrítica e de correção de rumo.

18 DEZ 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Aumento de taxas de cartório volta a tramitar

O novo projeto de lei reajustando o valor das custas judiciais e as taxas cartorárias em 18,5% foi lida no início da sessão plenária de ontem. Com isso, a proposta anterior acabou substituída, a pedido do próprio Poder Judiciário, autor das mensagens. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), bem como diversos parlamentares, há alguns dias manifestou contrariedade à votação da iniciativa no afogadilho, ressaltando a necessidade de aprofundar a discussão, principalmente porque o aumento dos índices chegava, em alguns casos, a mais de 1.000%.

“Foi retirada a mensagem daqueles aumentos que considerávamos abusivos, e eram abusivos, e agora veio uma mensagem em torno de 18%. Vou cumprir o que determina a Constituição. Vou colocar em pauta para ser apreciado pelos deputados”, disse o chefe do Poder Legislativo, lembrando que o projeto deverá estar em condições de ser analisado nesta semana.

18 DEZ 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Acusado de matar "Lacraia" vai a júri popular

Empresário teria assassinado jovem em frente a Shopping Água Verde

O empresário da construção civil, Adaildo Fongher, vai à júri popular acusado de homicídio qualificado por motivo torpe (vingança) contra a vítima Andersandio Soares Franco, de 22 anos, conhecido nos meios artísticos como "Lacraia". O crime aconteceu no calçadão do Shopping Água Verde no dia 17 de fevereiro e sentença do juiz Daniel Surdi de Avelar, da 2ª Vara do Júri de Curitiba, foi divulgada ontem. A defesa pode recorrer, já que a decisão foi em primeira instância.

O crime que repercutiu nacionalmente. O acusado disparou oito tiros de pistola calibre 380 contra a vítima que estava desarmada. A sentença acolheu integralmente os termos da acusação posta pelo Ministério Público e determinou que o acusado seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

O advogado criminalista Roberto Haddad, que representa a família da vítima no processo como assistente da acusação, declarou que ainda cabe recurso ao Tribunal de Justiça do Paraná por parte da defesa, mas que pela rapidez do processo pode ser pautado o julgamento pelo júri para o segundo semestre de 2013.

18 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Conflito desnecessário

STF excede funções ao cassar deputados condenados pelo mensalão, mas Câmara se equivoca ao cogitar descumprir a decisão judicial

Na última sessão do julgamento do mensalão, o Supremo Tribunal Federal criou uma indesejável e desnecessária rusga com a Câmara dos Deputados ao arrogar para si a função de cassar os mandatos dos parlamentares com condenação criminal transitada em julgado.

A decisão apertada (5 votos a 4) alcança os deputados federais João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP), além de José Genoíno (PT-SP), que poderá assumir uma cadeira em janeiro.

O voto de minerva coube ao ministro Celso de Mello, que ainda lançou um repto ao outro Poder da República: “A insubordinação legislativa ou executiva diante de decisão judicial revela-se comportamento intolerável, inaceitável e incompreensível”.

Celso de Mello não precisou nomear o destinatário do desafio — todos sabem que se trata do deputado Marco Maia (PT-RS). O presidente da Câmara defendera, nos últimos dias, que o Legislativo não cumprisse a decisão do Supremo.

Verdade que o STF extrapolou suas funções ao determinar, pela via judicial, a perda de mandatos conferidos pela vontade popular. Mais razoável seria, como argumentaram os ministros vencidos, atribuir aos demais representantes eleitos pelo povo a responsabi-

lidade de cassar seus pares.

O fundamento dessa interpretação está na própria Constituição. O parágrafo segundo do artigo 55 diz que somente o Congresso pode decidir sobre cassação de mandatos de deputados condenados. A regra se baseia no princípio de freios e contrapesos — neste caso, manifesta na necessidade de preservar um Poder de eventuais abusos cometidos por outro.

Com a decisão de ontem, como evitar que, no futuro, um STF enviesado se ponha a perseguir parlamentares de oposição? Algo semelhante já aconteceu no passado, e a única garantia contra a repetição da história é o fortalecimento institucional.

Reconheça-se, porém, que o caso presente passa longe dessa hipótese extrema. Os réus do mensalão não têm condições políticas e morais de permanecer no Congresso Nacional. Se, agindo com maior prudência, o STF tivesse preservado a prerrogativa dos parlamentares, não há dúvidas de que os deputados, até por força da legítima pressão popular, se encarregariam de efetuar as cassações.

Dadas as circunstâncias, não há por que aumentar o atrito entre os Poderes. Em vez de prolongar uma querela sobre deputados indefensáveis, a Câmara deveria reconhecer que, num Estado de Direito, é da corte suprema a última palavra na interpretação constitucional — ainda que dela se discorde.

O mau passo do STF poderia ter sido evitado, mas nem por isso compromete um julgamento conduzido com rigor por 53 sessões.

18 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF manda cassar deputados e conclui julgamento histórico

**TRIBUNAL DECIDE QUE TRÊS CONDENADOS
DEVERÃO PERDER SEUS
MANDATOS NA CÂMARA
LÍDERES PARTIDÁRIOS CRITICAM DECISÃO**

O Supremo Tribunal Federal concluiu ontem o julgamento do mensalão e decidiu que os deputados condenados por causa de seu envolvimento com o esquema deverão perder seus mandatos, cabendo à Câmara dos Deputados apenas formalizar a decisão.

Líderes partidários se manifestaram contra a decisão, que ainda poderá ser revista quando os ministros examinarem recursos dos advogados dos condenados, o que só deverá ocorrer no próximo ano. O ministro Celso de Mello disse que o descumprimento da decisão pela Câmara será "inaceitável".

O julgamento do mensalão foi o mais longo da história do STF. Iniciado em agosto, ele foi concluído após 53 sessões e levou à condenação de 25 das 40 pessoas denunciadas pelo Ministério Público Federal em 2006. Entre os condenados, 13 terão que cumprir parte de suas penas na prisão.

18 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Descumprimento da decisão seria 'inaceitável', afirma Celso de Mello

Ministro mais antigo reage a declarações do presidente da Câmara

Ao selar a decisão que determina a cassação dos mandatos dos deputados federais condenados no julgamento do mensalão, o ministro Celso de Mello afirmou ontem que seu descumprimento pela Câmara seria "inaceitável".

Mais antigo dos atuais integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro foi o último a se manifestar sobre a questão. O placar estava empatado na semana passada, quando o julgamento foi suspenso para que ele tratasse de uma gripe forte.

Como já era esperado, Celso de Mello acompanhou o presidente do STF, Joaquim Barbosa, que também é relator do processo. Para eles, parlamentares com condenação criminal devem perder automaticamente seus mandatos, cabendo à Câmara apenas formalizar a decisão.

Os ministros Luiz Fux, Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes concordaram com eles. Foram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski, José Antonio Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Rosa Weber. Para eles, a condenação suspende os direitos políticos dos acusados, mas caberia à Câmara dar a última palavra sobre os mandatos.

A decisão atinge os deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT), que receberam dinheiro do mensalão, além do ex-presidente do PT José Genoíno, que se prepara para assumir uma cadeira na Câmara como suplente no próximo ano.

“O equivocado espírito de solidariedade não justifica afirmações politicamente irresponsáveis, de que não se cumprirá uma decisão do STF

CELSO DE MELLO
ministro do STF

Como o placar foi apertado, a decisão do STF ainda poderá ser revista quando o tribunal analisar os recursos dos advogados dos condenados. Isso só deverá ocorrer no ano que vem. As penas fixadas no julgamento só começarão a ser cumpridas após o exame de todos os recursos.

Sem citar nomes, o ministro Celso de Mello fez duras críticas ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), para quem caberia ao Legislativo a última palavra sobre os mandatos dos deputados.

“O equivocado espírito de solidariedade não pode justificar afirmações politicamente irresponsáveis, juridicamente inaceitáveis, de que não se cumprirá uma decisão do Supremo Tribunal Federal revestida da autoridade da coisa julgada”, disse Mello.

Para ele, o descumprimento pode configurar o crime de prevaricação, definido no Código Penal como “retardar ou deixar praticar indevidamente atos de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.

Como ocorreu em outros momentos do julgamento, houve mal-estar na última sessão. Barbosa quis agradecer publicamente três assessores que trabalharam com ele, mas Marco Aurélio que criticou a manifestação, dizendo que ela não era praxe, e abandonou o plenário.

18 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Pacote de Natal

Apesar de aliviados com o fim da maratona do julgamento do mensalão, ministros do STF demonstravam preocupação com o desgaste institucional de duas medidas contra o Congresso no mesmo dia. Três deles entendem que a liminar de Luiz Fux suspendendo a votação do veto da presidente Dilma Rousseff à redistribuição dos royalties do pré-sal atinge mais o Legislativo que a decisão pela perda imediata do mandato dos deputados condenados no mensalão.

Da gema Membros do Supremo lembram que, em 2011, Fux concedeu liminar contra resolução do Conselho Nacional de Justiça que obrigava os Tribunais de Justiça a funcionar em período integral. O TJ do Rio, na época, encabeçou a pressão contra a medida. A liminar não foi levada a plenário até hoje.

18 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juíza federal ordena sequestro de imóvel de indiciado pela PF

Paulo Vieira é acusado de liderar grupo que vendia pareceres de funcionários públicos para empresários

Justiça também proibiu Rosemary Noronha, ex-chefe de gabinete da Presidência em SP, de exercer função pública

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

A Justiça Federal determinou o sequestro de um imóvel de Paulo Rodrigues Vieira, acusado de ser um dos líderes da quadrilha que supostamente vendia pareceres jurídicos em órgão públicos, investigada na operação Porto Seguro da Polícia Federal.

Segundo decisão da juíza Adriana Freisleben de Zanetti, da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo, a medida tem fundamento em "indícios de procedência ilícita de bens pertencentes ao denunciado Paulo Rodrigues Vieira".

Vieira ocupava o cargo de diretor de Hidrologia da Agência Nacional das Águas (ANA) antes da operação.

A decisão também aplica

medidas restritivas à Rosemary Noronha, ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo.

A juíza decretou a suspensão do exercício de qualquer função pública por Rose e a proibição de que ela se ausente da comarca sem autorização da Justiça.

Rose também deverá comparecer periodicamente a uma unidade da Justiça para informar e justificar suas atividades, de acordo com o despacho da magistrada.

Na sexta-feira, o Ministério Público Federal apresentou à 5ª Vara Federal denúncia contra 24 investigados na Operação Porto Seguro.

Ontem a juíza abriu um prazo de 15 dias para que os denunciados que exerciam cargos públicos apresentem uma defesa prévia antes da decisão sobre a abertura de uma ação penal contra os investigados.

Entre os 24 denunciados pela procuradora da República Suzana Fairbanks, 13 pessoas são funcionários públi-

cos ou ocupavam postos na administração à época da operação, e por isso terão direito ao oferecimento de uma defesa prévia.

Após essa fase a juíza decidirá se os acusados passarão à condição de réus em processo criminal.

O imóvel de Vieira sequestrado pela Justiça, situado na alameda Lorena, na capital, foi reformado com a ajuda de Rose, de acordo com as apurações da Polícia Federal.

A juíza federal também negou a devolução de dois carros de Vieira apreendidos pela PF na operação.

Outra medida autorizada por Zanetti foi o compartilhamento de provas para uma nova fase de investigações, sobre crimes de lavagem de dinheiro supostamente cometidos pelos suspeitos.

A magistrada também autorizou que órgãos públicos tenham acesso às provas, "tendo em vista a necessidade de instauração de processos administrativos em relação aos denunciados".

18 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Fruet coloca mulher e irmã em secretarias de Curitiba

Prefeito eleito diz que precisa de pessoas
'de confiança' para setores estratégicos

A irmã e a mulher do prefeito eleito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), estão entre os nomes do secretariado da futura gestão da cidade, anunciados ontem.

Eleonora Fruet, irmã do futuro prefeito, assumirá a Secretaria de Finanças. Já Márcia Fruet comandará a FAS (Fundação de Ação Social).

Fruet disse precisar de pessoas "de confiança": "Elas serão cobradas pela eficiência".

Eleonora é economista, foi secretária estadual de Planejamento durante a gestão de Roberto Requião (PMDB) e comandou a pasta da Educação na Prefeitura de Curitiba.

Márcia Fruet é jornalista e foi assessora de comunicação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

Questionado na campanha sobre nomeação de parentes, Fruet negou que pudesse configurar nepotismo, pois a súmula antinepotismo do STF de 2008 abriu exceção para cargos políticos de primeiro escalão.

18 DEZ 2012

METRO

Justiça diz que acusado é autor de homicídio qualificado

O Juiz da 2ª Vara do Júri de Curitiba, Dr. Daniel R. Surdi de Avelar, sentenciou ontem o acusado Adaildo Fongher, 32 anos, como autor de homicídio qualificado por motivo torpe contra a vítima Anderson Soares Franco, 22 anos, conhecido nos meios artísticos como "Lacraia".

O crime aconteceu no dia 21 de fevereiro deste ano, no calçadão do Shopping Água Verde, em Curitiba. O acusado disparou oito tiros de pistola calibre 380 contra a vítima que estava desarmada.

A sentença acolheu integralmente os termos da acusação posta pelo MP (Ministério Público) e determinou que o acusado seja submetido a julgamento pelo tribunal do júri.

A defesa ainda pode recorrer no Tribunal de Justiça do Paraná.

18 DEZ 2012

METRO

Fux derruba sessão para analisar veto

Atendendo a um pedido das bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux concedeu ontem uma liminar suspendendo a sessão do Congresso para analisar a derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff ao novo cálculo de partilha dos recursos do petróleo de contratos em vigor.

A sessão conjunta da Câmara e do Senado estava marcada para hoje à noite. Na decisão, Fux acata o argumento de que o veto não poderia passar na frente de outros três mil que aguardam análise há 12 anos. "O Congresso não poderá liberar o caso antes que se proceda à análise de todos os vetos pendentes", afirmou, no despacho. O presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), afirmou que vai recorrer da decisão.

O pedido de urgência foi aprovado na semana passada por 408 votos a favor e 91. As bancadas de 24 estados e do Distrito Federal - que receberiam mais recursos a partir de 2013 - têm maioria folgada para derrubar o veto. Mantida a liminar, a definição ficará para o ano que vem.

18 DEZ 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Taxas

A Assembleia Legislativa pode votar ainda hoje o novo projeto de lei do Tribunal de Justiça, que reajusta o valor das custas judiciais e as taxas cartorárias em 18,5%.

Mutirão

Mais de 400 presos com direito a liberdade saíram do Complexo Penal de Piraquara, nos três dias do 3.º Mutirão Carcerário do Poder Judiciário e Departamento de Execução Penal (Depen). As vagas abertas serão ocupadas por presos que estão em delegacias.

18 DEZ 2012

JORNAL DO ESTADO

Reajuste

O novo projeto de lei reajustando o valor das custas judiciais e as taxas cartorárias em 18,5% foi lida no início da sessão plenária de ontem, na Assembleia. Com isso, a proposta anterior acabou substituída, a pedido do próprio Poder Judiciário, autor das mensagens. A nova proposta considera a variação da atualização da Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF), para os exercícios financeiros de 2010, 2011 e 2012. O presidente da Assembleia confirmou que deve colocar a proposta em votação a partir de hoje.

Previdência

A Comissão de Finanças da Assembleia não votou, ontem, como se esperava, parecer sobre o projeto do governo que altera o plano de custeio da Paraná Previdência – fundo de aposentadoria dos servidores públicos estaduais. Os deputados pediram mais informações ao órgão e à Secretaria de Estado da Fazenda sobre o impacto financeiro da proposta.

17/DEZ/2012

Rádio Cultura AM 560

Fórum de Laranjeiras do Sul será inaugurado hoje

Na próxima segunda-feira (17) será inaugurado o novo Fórum da Comarca de Laranjeiras do Sul. A obra sob a responsabilidade do poder judiciário está licitada em quase R\$ 9 milhões.

A solenidade será às 17 horas, no Salão do Tribunal do Júri do edifício, localizado na Rua Barão do Rio Branco.

Para o atual presidente da Subseção da OAB de Laranjeiras do Sul, Almir Machado de Oliveira, o novo fórum propiciará um melhor ambiente de trabalho, além de um local digno para aqueles precisam do poder judiciário. “Nós da OAB estamos muito felizes. Será a coroação deste seis anos de trabalho da ordem. Certamente poderemos usá-lo por mais 50 anos. Será um presente para Laranjeiras”, afirmou o advogado.

Ele explicou, ainda, que o prédio onde atualmente funciona o fórum será cedido para a prefeitura. “Será uma importante contrapartida recebida pela administração municipal”, ressaltou.

“Na ocasião teremos o prazer de receber, pela segunda vez, a mais alta autoridade de judiciária do estado”, referindo-se ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Desembargador Miguel Kfourri Neto, que presidirá o ato de inauguração. (Jornal Correio do Povo do Paraná)

17 DEZ 2012

Portal Área de Fronteira

Justiça Estadual Inaugura Fórum Novo em Laranjeiras do Sul nesta segunda (17)

Autoridades dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo devem marcar presenças no evento desta segunda-feira, às 17 horas

Em cerimônia nesta segunda-feira(17), às 17 horas, será inaugurado o novo Fórum da Justiça Estadual em Laranjeiras do Sul. A nova obra abrigará todas as Varas e Juizados Especiais da comarca que vão ser transferidas para o novo prédio. O Fórum, que leva o nome do desembargador Marçal Justen(FOTO), foi construído no Parque do Lago, na Rua Barão do Rio Branco, ao lado do Fórum Eleitoral. Possui uma área construída de 3.745,56 m², dividida em dois pavimentos. A solenidade contará com autoridades dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo de Laranjeiras do Sul, região e Estado. De acordo com as informações o novo Fórum vai oferecer maiores condições de trabalho aos servidores da Justiça Estadual e comodidade ao público que procurar por seus serviços. O prefeito Berto Silva, prefeitos eleitos e no exercício do mandato, vereadores e deputados devem marcar presenças nesta cerimônia em Laranjeiras do Sul, além é claro, de autoridades do Poder Judiciário que virão a Laranjeiras especialmente para a cerimônia de inauguração do Novo Fórum da Justiça Estadual.

Desembargador Marçal Justen-Filho de João Eugenio Justen e Anália Nascimento Justen, nasceu no dia 11 de setembro de 1917, na cidade de Curitiba (PR). Casou-se com a Sra. Chloris Casagrande Justen. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, colou grau no ano de 1942. Iniciou sua carreira profissional como promotor público em Morretes e Paranaguá, até o ano de 1944, quando foi nomeado juiz de direito substituto da comarca de Carlópolis. De 1944 até 1964, passou pelas comarcas de Ribeirão Claro, Jaguaraiva, Bandeirantes, **Laranjeiras do Sul**, Piraí, Guarapuava, São José dos Pinhais, Jacarezinho, Antonina e Ponta Grossa. Em meados de 1964, foi removido para Curitiba e nomeado para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná no dia 18 de fevereiro de 1967. No magistério, lecionou a disciplina de Direito Penal na Faculdade de Direito Estadual de Ponta Grossa. Faleceu em pleno exercício, no dia 7 de abril de 1978. É patrono do Fórum de **Laranjeiras do Sul** e do Fórum Eleitoral de Santo Antônio do Sudoeste